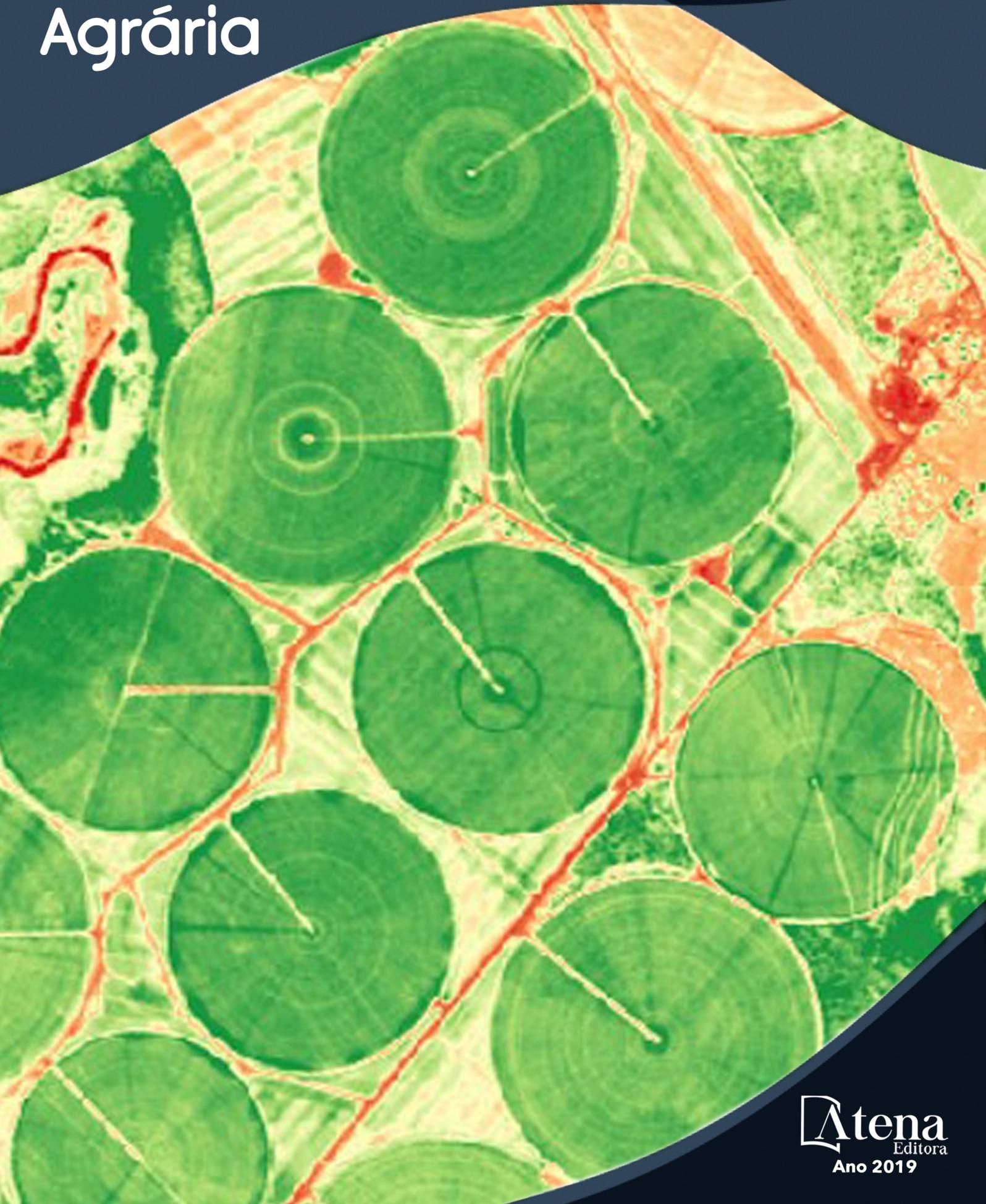


Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Geografia Agrária



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Geografia Agrária

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
G345	Geografia agrária [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-436-8 DOI 10.22533/at.ed.368192506 1. Geografia agrícola – Pesquisa – Brasil. 2. Movimentos sociais – Brasil. 3. Trabalhadores rurais – Brasil – Atividades políticas. I.Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. CDD 630.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

A Coletânea “Geografia Agrária” publicada pela Atena Editora está organizada a partir de uma breve divisão da diversidade regional brasileira e latinoamericana. Trata-se de uma leitura oriunda de diferentes pesquisadores e pesquisadoras para compreensão dos dilemas, conflitos e alternativas materializadas no campo.

O primeiro capítulo da Coletânea versa sobre os Conflitos por terra e território na obra cinematográfica de Adrian Cowell: uma Cartografia sangrenta da Amazônia, ou seja, remete apresenta a interpretação sobre a mesorregião Sudeste do Pará à luz da teoria dos conflitos agrários para cartografar tais conflitos, resistências e alternativas advindas das lutas travadas, sobretudo, pelo campesinato nesses registros cinematográficos que tratam da Amazônia Legal brasileira.

Os capítulos 2 ao 6 representam o Nordeste brasileiro e sua diversidade e conflitos inerente ao campo e as práticas socioterritoriais. As discussões versam sobre os conflitos socioambientais: o caso de Suape no litoral sul de Pernambuco, a institucionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar como geração de renda para as mulheres do meio rural: um estudo de caso das Mangabeiras em Japaratinga-SE, Territórios da Cidadania Alagoanos do agreste e bacia leiteira, Caminhos para regularização fundiária de assentamentos em terras públicas e estatais em áreas pequenas e médias no entorno de centros urbanos: experiência de Vitória da Conquista-BA e a Reforma agrária no Brasil e a questão fundiária: conflitos e resistências a partir de uma experiência em Pernambuco.

Já os capítulos 7 e 8 debatem respectivamente, os distritos e aglomerados rurais de Buritizeiro – MG a partir da possível emancipação e os Conflitos por terra e água no rio São Francisco a partir de uma fecunda análise da territorialidade dos pescadores(as) a partir dos intensos processos de resistências ao buscar a reapropriação física dos territórios pesqueiros.

Ainda sobre os estudos e pesquisas inerentes ao Centro-Sul, os capítulos 9 ao 12, tratam da Reestruturação do território agrário de Nova Iguaçu – RJ, Neoextrativismo e estrutura fundiária: considerações sobre o desenvolvimento desigual no Planalto Norte de Santa Catarina - Brasil, Posseiros e Assentados da Ribeirão Bonito e o MST no Pontal do Paranapanema-SP e A linha de desmontagem no frigorífico de frango: o trabalho e a saúde dos trabalhadores da Nutrizia em Pires de Rio-GO.

Por fim, o último capítulo da Coletânea, intitulado - A questão agrária na origem das migrações haitianas apresenta uma leitura sobre o país caribenho e a sua trajetória marcada pelas migrações. Nota-se ainda uma interpretação sobre a história de uma revolução de ex-escravos que forçou a abolição da escravidão e primeiro país independente da América Latina e suas marcas e desdobramentos na questão agrária.

Assim, espera-se que os leitores e leitoras possam dialogar com os ensaios e pesquisas em consonância com a fecunda e atual arguição do geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2003) ao afirmar que *“o campesinato no Brasil, segue sua já*

longa marcha. Caminham em busca do futuro. Caminham lutando contra o capitalismo rentista que semeia a violência e a barbárie". Por isso, urge debater e construir uma Geografia Agrária Crítica e Comprometida com as mudanças sociais, ambientais e territoriais em um país em constantes crises e crimes contra a democracia.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CONFLITOS POR TERRA E TERRITÓRIO NA OBRA CINEMATOGRAFICA DE ADRIAN COWELL: UMA CARTOGRAFIA SANGRENTA DA AMAZÔNIA	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.3681925061	
CAPÍTULO 2	17
“PROGRESSO” E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL: O CASO DE SUAPE NO LITORAL SUL DE PERNAMBUCO	
Luísa Duque Belfort de Oliveira Mariana Vidal Maia Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.3681925062	
CAPÍTULO 3	29
A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COMO GERAÇÃO DE RENDA PARA AS MULHERES DO MEIO RURAL: UM ESTUDO DE CASO DAS MANGABEIRAS EM JAPARATUBA/SE	
Handresha da Rocha Santos Sandra Andrea Souza Rodrigues José Eloízio da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.3681925063	
CAPÍTULO 4	38
TERRITÓRIOS DA CIDADANIA ALAGOANOS DO AGRESTE E BACIA LEITEIRA: UM ESTUDO DA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA	
Emerson Siqueira Cavalcante Pinto Antonio Marcos Pontes de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.3681925064	
CAPÍTULO 5	50
CAMINHOS PARA EMANCIPAÇÕES: DISTRITOS E AGLOMERADOS RURAIS DE BURITIZEIRO – MG	
Amanda Alves Maciel Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.3681925065	
CAPÍTULO 6	65
A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E A QUESTÃO FUNDIÁRIA: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS	
Reinaldo Pacheco dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3681925066	
CAPÍTULO 7	75
CAMINHOS PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ASSENTAMENTOS EM TERRAS PÚBLICAS E ESTATAIS EM ÁREAS PEQUENAS E MÉDIAS NO ENTORNO DE CENTROS URBANOS: EXPERIÊNCIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA	
Francisco José Lima dos Santos Galvão	
DOI 10.22533/at.ed.3681925067	

CAPÍTULO 8	88
COMO AS ÁGUAS DO RIO, A VIDA É MOVIMENTO: PESCA E CONFLITOS POR TERRA E ÁGUA NO RIO SÃO FRANCISCO	
Rafael Pereira Santos Roberta Alves Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3681925068	
CAPÍTULO 9	100
A REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO AGRÁRIO DE NOVA IGUAÇU APÓS A IMPLANTAÇÃO DO ARCO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO	
Monica Martins Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.3681925069	
CAPÍTULO 10	112
POSSEIROS E ASSENTADOS DA RIBEIRÃO BONITO E O MST NO PONTAL DO PARANAPANEMA -SP: SEMENTES GERMINADAS NAS LUTAS OUTRORA	
Maria Celma Borges	
DOI 10.22533/at.ed.36819250610	
CAPÍTULO 11	129
NEOEXTRATIVISMO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NO PLANALTO NORTE DE SANTA CATARINA, BRASIL	
Ivo Marcos Theis Marcos Antônio Mattedi Luis Claudio Krajevski	
DOI 10.22533/at.ed.36819250611	
CAPÍTULO 12	142
A LINHA DE DESMONTAGEM NO FRIGORÍFICO DE FRANGO: O TRABALHO E A SAÚDE DOS TRABALHADORES DA NUTRIZA EM PIRES DE RIO-GO	
Fábio de Macedo Tristão Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.36819250612	
CAPÍTULO 13	151
A QUESTÃO AGRÁRIA NA ORIGEM DAS MIGRAÇÕES HAITIANAS	
Alex Dias de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.36819250613	
SOBRE O ORGANIZADOR	164

CONFLITOS POR TERRA E TERRITÓRIO NA OBRA CINEMATOGRAFICA DE ADRIAN COWELL: UMA CARTOGRAFIA SANGRENTO DA AMAZÔNIA

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Departamento de Geociências e Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Estadual de Montes Claros - MG

CONFLICTS FOR LAND AND TERRITORY
IN ADRIAN COWELL'S CINEMATOGRAPHIC
WORK: A BLOODY CARTOGRAPHY OF THE
AMAZON

RESUMO: As discussões apresentadas nesse ensaio são oriundas da pesquisa da pesquisa “A questão agrária amazônica na obra cinematográfica de Adrian Cowell: a década da destruição 1980 - 1990”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, cujo objetivo central é analisar as disputas por terra e território a partir dos documentários do cineasta Adrian Cowell (1934-2011), sobretudo, aqueles que integram a série - A década da destruição e revelam alguns conflitos territorializados na Amazônia Legal brasileira (COWELL, 1990, 2008). Assim, analisa-se a priori um breve quadro geral dos conflitos agrários existentes na Amazônia e, posteriormente, apresenta-se uma interpretação sobre a mesorregião Sudeste do Pará à luz da teoria dos conflitos agrários para cartografar tais conflitos, resistências e alternativas advindas das lutas travadas, sobretudo, pelo campesinato nesses registros cinematográficos.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia, Conflitos, Território, Documentários, Campesinato.

ABSTRACT: The discussions in this essay come from the research “The Amazonian agrarian question in the cinematographic work of Adrian Cowell: The Decade of Destruction 1980-1990”, developed within the Postgraduate Program in Human Geography of the University of São Paulo. The main aim is to analyze disputes for land and territory, from documentaries of filmmaker Adrian Cowell (1934-2011), especially those that make up the series “The Decade of Destruction”, which reveal some territorial conflicts in the Brazilian Legal Amazon (COWELL, 1990, 2008). Thus, a brief overview of present-day agrarian conflicts in Amazonia is analyzed a priori, and an interpretation on the Southeast mesoregion of Pará is presented in light of the agrarian conflicts theory, so as to map such conflicts, resistances and alternatives coming from the fought struggles, above all, by the peasantry in these cinematographic accounts.

KEYWORDS: Amazonia, Conflicts, Territory, Documentary, Peasantry.

Legal,
A Amazônia Legal. O tal capital,
nacional, estrangeiro.
Ilegal, o tal de primeiro,
o índio mateiro, matreiro,
que nunca deu bola nem bolo ao Cabral...;
o tal de posseiro, roceiro,
que vive mal, na zona
Ama-zôn(i)a Legal, Ilegal...
Amazônia Legal Ilegal - Dom Pedro Casaldáliga
(1979, p.16).

O presente texto é um excerto da pesquisa de doutorado intitulada “A questão agrária amazônica na obra cinematográfica de Adrian Cowell: a década da destruição 1980 - 1990” (FERREIRA, 2018), desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, cujo objetivo central é analisar a disputa por terra e território a partir dos documentários do cineasta Adrian Cowell (1934-2011), sobretudo, aqueles que integram a série - A década da destruição e revelam alguns conflitos territorializados na Amazônia Legal brasileira (COWELL, 1990, 2008).

Assim, analisa-se a priori um breve quadro geral dos conflitos agrários existentes na Amazônia e, posteriormente, apresenta-se uma interpretação sobre a mesorregião Sudeste do Pará à luz da teoria dos conflitos agrários para cartografar tais conflitos, resistências e alternativas advindas das lutas travadas pelo campesinato desde a década de 1980. Como sustentação teórico-metodológica assume-se que o território e a formação territorial através da compreensão histórica dos processos, entendo-os, ainda, como uma síntese contraditória da luta de classes. Pois, com a mundialização do capitalismo, “[...] mundializa-se também o território que é forjado, em um movimento constante e contraditório. O território construído a partir das relações capitalistas é visivelmente e mundialmente desigual” (BOMBARDI, 2004, p. 49).

A perspectiva do território está, portanto, ligada às relações de poder que movem a sociedade capitalista. No âmbito dessa pesquisa, cabe, portanto, analisar alguns elementos da questão agrária na Amazônia brasileira a partir da década da destruição (1980 - 1990), e também, antes e depois desta década, visto a distribuição e regularização fundiária de algumas áreas para não realizar a reforma agrária (IANNI, 1979, 1979a). Permite contextualizar ainda, os atuais projetos dessa fração do território conquistada pelos camponeses-migrantes na lógica da terra de trabalho e vida.

Nesse cenário, destaca-se a colonização como contrarreforma agrária, ou seja, distribuí-se algumas terras para não distribuir todas as terras arrecadas, leia-se, terras

públicas. Dessa forma, existem ainda venda terra para estrangeiros e concessão de recursos internacionais obtidos junto aos organismos financeiros internacionais (OLIVEIRA, 1991). E, mais recentemente, nota-se a regularização fundiária dos latifúndios grilados em detrimento dos assentamentos rurais (OLIVEIRA, 2010, 2010a).

Por isso, os registros cinematográficos de Adrian Cowell e as tabulações da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em constante diálogo com a abordagem geográfica dos conflitos no campo, enquanto conflito de classes, permitem atualizar a constante luta pela terra no Brasil, e, sobretudo, na Amazônia, cuja intensificação ocorreu com a Ditadura Militar e segue elevada sob a égide da democracia. Por isso, o quadro metodológico está ancorado na revisão da literatura, transcrição dos documentários, análise de dados qualitativos e quantitativos oriundos da CPT e trabalhos de campo no IGPA – Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, vinculado à PUC-Goiás, bem como nas áreas filmadas por Cowell no Sudeste do Para e nos acervos da CPT no Pará e Goiânia.

Assim, um dos desafios dessa pesquisa é utilizar o arcabouço teórico e metodológico para realização dos trabalhos de campo, e, sobretudo, embasá-los como objeto geográfico frente ao vasto material bibliográfico e cinematográfico disponível, os quais permitem refletir sobre a multiplicidade envolvendo a temática pesquisada, bem com as estratégias para ir a campo, considerando os saberes epistemológicos e metodológicos da Geografia, colocando-os em constante movimento com a realidade estudada, ou seja, os conflitos oriundos da ocupação amazônica entre as décadas 1980 a 1990 e seus desdobramentos na atual configuração agrária que será sistematizada na produção cartográfica e também com uma breve análise dos processos judiciais, cujos desdobramentos perduram sob à marca da impunidade, atrelada à contrarreforma agrária.

Os resultados das análises dos documentários e mapeamentos já desenvolvidos permitem inferir que os conflitos por terra e território estão sobrepostos com outros conflitos de diferentes naturezas, os quais revelam parte das injustiças territoriais envolvendo, sobretudo, os posseiros e camponeses na fronteira amazônica. Dessa maneira, os dados preliminares envolvendo os conflitos, assassinatos e a territorialização camponesa e do agronegócio remetem à síntese contraditória e desigual de um capítulo da questão agrária amazônica, cujo mapeamento ora proposto revela a importância da reforma agrária como uma política de Estado. Tal constatação permite inferir que a década da destruição segue atualizada nessa fração do território brasileiro, e as indicações de Cowell possibilitam uma leitura geográfica condizente com a atuação da defesa da terra e território por parte dos camponeses que seguem em luta mesmo com a sangrenta repressão histórica.

ADRIAN COWELL: UMA SAGA CINEMATOGRAFICA NA AMAZÔNIA

Adrian Cowell nasceu em Tongshan - China, em 2 de fevereiro de 1934; estudou na Austrália e na Inglaterra, onde graduou-se em História pela Universidade de Cambridge, em 1955 (COWELL, 1990b). No período de 1955 a 1956, foi com a Oxford & Cambridge Expedition de Londres para Singapura fazer uma série de três programas de 26 minutos para BBC – *British Broadcasting Channel* (Corporação Britânica de Radiodifusão) – intitulada *Traveller Tales* (Contos de Viajantes). No Brasil, Cowell chegou em 1957, com cinco jovens aspirantes a cineastas que estavam, na verdade, buscando algo mais romântico do que um negócio sério. Mas, para Cowell, tornou-se algo muito maior: o trabalho e o amor de uma vida (COWELL, 1990b). Desde então, Adrian Filmou a Amazônia por mais de 50 anos.

Dentre suas análises, sistematizamos as sinopses dos documentários que integram a – Década da Destruição no Quadro 1. Trata-se de documentários que remetem aos projetos de colonização, grilagem, desmatamento, terras indígenas, quilombos, Unidades de Conservação, empresas multinacionais, reserva de riquezas naturais, etc., os quais podem ser contextualizados frente às atuais políticas públicas direcionadas para a Amazônia¹.

DOCUMENTÁRIO	SINOPSE
O CAMINHO DO FOGO (1984, 52 min.)	Este filme sobre os colonos que estavam se estabelecendo no território dos Uru Eu Wau Wau. Os índios foram dizimados por epidemias e 60 - 80% deles morreram até o final da década de 1980. Contudo, para os colonos, não foi muito melhor. O solo ali era tão ruim que, após seis anos, 60% da terra que eles haviam desmatado e plantado, com tanto entusiasmo, já tinha sido abandonada.
NA TRILHA DOS URU EU WAU WAU (1984/1990, 52min.)	Este filme mostra o primeiro contato com os índios Uru Eu Wau Wau, pressionados pelo desenvolvimento em Rondônia, que atraía cada vez mais lavradores do sul do país para o estado. Impulsionados a penetrarem na floresta, os colonos se aproximavam cada vez mais desta tribo. Nesta conjuntura, o rapto de uma criança branca pelos Uru Eu Wau Wau aumenta o rancor dos colonizadores contra os índios, vistos como uma barreira ao desenvolvimento. Paralelamente, a FUNAI organiza uma expedição para contatá-los, com o objetivo de protegê-los do avanço dos brancos sobre seu território.
NAS CINZAS DA FLORESTA (1984/1990, 52 min.)	A partir da construção da BR 364, e, Rondônia e da 'estrada de penetração' 462, o filme traça um panorama abrangente, apresentado por José Lutzenberger, de como a política do governo brasileiro para ocupação da Amazônia na década de 1980, levou à degradação de enormes áreas de florestas neste estado.
MONTANHAS DE OURO (1988/1990, 52 min.)	Neste documentário, Adrian Cowell analisa a dinâmica econômica, social e ambiental na província mineral mais rica do planeta - Carajás. Os conflitos e contrastes entre a atuação da empresa, dona da concessão, e a dos garimpeiros. A ascensão e queda da produtividade, no garimpo de Serra Pelada, o crescimento exponencial da produção industrial ao longo da década de 80 e o rastro de destruição deixado na floresta ao redor.

1. Salienta-se que desde de 2008 o acervo de Adrian foi doado para PUC Goiás em Goiânia, e, atualmente integra o acervo do IGPA - Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia.

CHICO MENDES – EU QUERO VIVER (1989/1990, 40/50 min.)	O filme nos mostra a trajetória de Chico Mendes, líder seringueiro no Acre, em defesa da Amazônia. Com registros feitos entre 1985 e 1988, acompanhamos Chico Mendes na organização dos seringueiros em defesa da floresta, no nascimento da Aliança dos Povos da Floresta, e na luta pela demarcação das primeiras Reservas Extrativistas na Amazônia. O filme mostra, ainda, a trama armada para seu assassinato e as repercussões no Brasil e no mundo.
TEMPESTADES NA AMAZÔNIA (1984, 26 min.)	Enfoca a tese de doutoramento do Dr. Eneás Sallati, (ex-diretor do INPA) discorrendo sobre as questões climáticas da floresta amazônica. Busca saber se a floresta é consequência do clima ou o clima é consequência da floresta. Ele explica como a floresta gera 50% de sua própria chuva. Isto significa que o desmatamento não somente reduzirá a quantidade de chuvas da Amazônia, mas também da região central do Brasil.
FINANCIANDO O DESASTRE PARTE I – COM O COLONO RENATO (1984, 76 min.)	Aborda de maneira crítica a política ambiental do Banco Mundial para a Amazônia, enfocando a devastação feita sob seu financiamento com depoimentos do colono Renato. Mostra como este empréstimo, de meio bilhão de dólares para o Polonoroeste financiou parcialmente a destruição da floresta do oeste da Amazônia, no Estado de Rondônia e como o banco foi finalmente forçado a admitir seu erro.
FINANCIANDO O DESASTRE PARTE II – COM JOSÉ LUTZEMBERG (1984, 76 min.)	Aborda de maneira crítica a política ambiental do Banco Mundial para a Amazônia, enfocando a devastação feita sob seu financiamento com depoimentos do ambientalista José Lutzemberger.
FINANCIANDO O DESASTRE PARTE III – COM CHICO MENDES(1984, 76 min.)	Aborda de maneira crítica a política ambiental do Banco Mundial para a Amazônia, enfocando a devastação feita sob seu financiamento com depoimentos de Chico Mendes.
A MECÂNICA DA FLORESTA (1984, 26 min.)	O zoólogo Rob Bierregaard e a botânica Judy Rankin explicam os “mecanismos” da floresta e quantas espécies são interdependentes de outras espécies, para sua sobrevivência.
MATANDO POR TERRAS (1990, 52 min.)	Rodado na fronteira leste da Amazônia, ao longo da rodovia Belém Brasília, em 1986, período em que foram assassinadas mais de 100 pessoas. Grandes fazendeiros, prestes a perder benefícios adquiridos durante o governo militar, contratam pistoleiros para expulsar grupo de sem-terra acampado. Casas queimadas, assassinatos, famílias expulsas: fatos que levam à retaliação dos sem-terra com queimada de pastos e protestos, forçando os pistoleiros a abandonar o local e à partilha das terras por intermédio do INCRA. Contudo, a eficácia de tais medidas só dura até o assassinato de mais dois sem-terra e de uma criança de três anos. Nem mesmo a polícia ousa enfrentar os assassinos e a justiça libera os mandantes do crime por falta de evidências. Uma entrevista com o pistoleiro mais famoso da região, conhecido por ter assassinado mais de 300 pessoas, deixa evidente que a justiça não alcança pistoleiros e latifundiários.

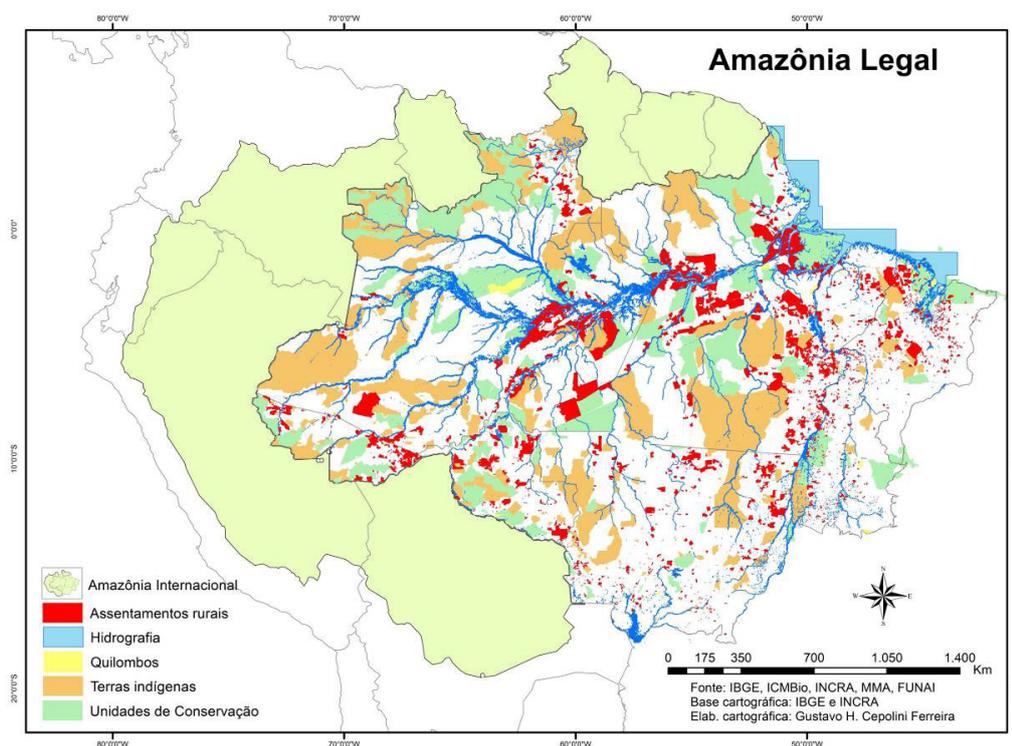
Quadro 1: Sinopses dos documentários da Década da Destruição. Fonte: IGPA.

Por isso, a leitura ora apresentada está ancorada no argumento e no fato de que existem terras públicas na Amazônia e também em outras regiões do país. Nesse contexto, a ausência de políticas públicas verídicas para o desenvolvimento dos assentamentos/reforma agrária, aliada aos interesses dos empreendimentos agropecuários/latifúndios, que necessitam de novas áreas para a expansão produtiva, desmobilizam os movimentos socioterritoriais, ou mesmo, elaboram projetos de colonização como contrarreforma agrária que recriam novas fronteiras; e acirram outros

conflitos no campo, sobretudo, com as Unidades de Conservação e Terras Indígenas, que em tese estão no mesmo patamar no tocante a hierárquica constitucional. No entanto, tornam-se instituições, por vezes, distintas e antagônicas no que se referem à regularização fundiária e o ordenamento territorial.

Dessa forma, as análises se concentram na compreensão dos impactos da colonização pública e particular na Amazônia no âmbito da Ditadura Militar. Tais impactos que constam nos documentários de Adrian Cowell, os quais revelam parte dos processos de territorialização dos camponeses-migrantes (colonos) e os conflitos vivenciados na fração de território que disputam.

Assim, pode-se reafirmar que análise dos documentários de Adrian Cowell estão inseridos num momento histórico, materializado pelas contradições do avanço do capitalismo na Amazônia em total consonância com as políticas públicas. E, nesse processo, é necessário compreendermos a tríade: território, agricultura e sociedade, em que se fundamentam essas reflexões. O mapa a seguir indica algumas territorialidades sobrepostas na Amazônia, as quais foram amplamente registradas por Cowell, e revelam uma sangrenta disputa por terra e território nessa importante fração do território brasileiro.



Mapa 1: Amazônia Legal e suas territorialidades. Fonte: GHCF.

Tais sobreposições fazem com que os conflitos sigam territorializados por toda Amazônia Legal brasileira e internacional. Essa leitura Adrian Cowell revelou na sua obra cinematográfica que muito dialoga com os registros da Comissão Pastoral da Terra.

Martins (1980, p. 61), ao analisar o conflito pela terra no Brasil, indica que: “o

próprio capital impôs no Brasil moderno, a luta pela terra, como luta contra a propriedade capitalista da terra. É a terra de trabalho contra a terra de negócio”. Dessa forma, tal contradição fez com que os conflitos, a conflitualidade e o desenvolvimento ocorressem de maneira indissociável, transformando territórios, reelaborando modelos que possibilitam a recriação do campesinato e a territorialização da agricultura capitalista.

Isso, em partes, explica a recriação do campesinato na luta pela terra, ocupando terras e resistindo ao avanço dessa agricultura capitalista mundializada que, além da concentração fundiária, carrega consigo diferentes pacotes tecnológicos e estratégias que contaminam o ambiente, os alimentos, as pessoas, desmatam e utilizam, muitas vezes, do trabalho análogo à escravidão para sustentar sua robusta modernidade.

De acordo com Fernandes (2004), a conflitualidade é oriunda de um enfrentamento de classes, as quais estão atreladas a modelos distintos de desenvolvimento, ou seja, a agricultura capitalista – agronegócio e a agricultura camponesa. Por isso, deve-se reafirmar que o conflito é uma reação ao processo de exclusão. No tocante à origem etimológica da palavra conflito, salienta-se que: “ela vem do Latim e é composta do prefixo *co* com o verbo *flictum*. O prefixo *co* explicita correlação (de forças); o verbo *flictum* denota choque, embate, oposição de forças” (idem, p. 08).

A Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2015) também propõe uma breve definição de conflito, reconhecendo-o como:

[...] as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas (CPT, 2015, p. 13).

A partir dessa breve definição que, sem dúvidas, perpassa pelo conflito de classes, apresentam-se outras secundárias, as quais norteiam o Caderno de Conflitos no Campo Brasil e expõem a situação dos conflitos sociais no campo, ou seja:

- Conflitos por Terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, babaçuais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, camponeses, ocupantes, sem-terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, etc².
- Conflitos Trabalhistas compreendem os casos em que a relação trabalho X capital indica a existência de trabalho Escravo, superexploração.
- Conflitos pela Água são ações de resistência, em geral coletivas, que visam garantir o uso e a preservação das águas; contra a apropriação privada dos recursos hídricos, contra a cobrança do uso da água no campo, e de luta contra a construção de barragens e açudes. Este último envolve os atingidos por barragem, que lutam pelo seu território, do qual são expropriados³.

2. Incorpora também os acampamentos e ocupações.

3. Podem-se mencionar, ainda, os conflitos em tempo de seca, em áreas de garimpo e sindicais. A CPT faz tais registros e os publica “apenas quando é expressiva sua ocorrência, ou quando o contexto em que se desenrolaram

- Por Violência entende-se o constrangimento e/ou a destruição física ou moral exercidos sobre os trabalhadores e seus aliados. Essa violência está relacionada aos diferentes tipos de conflitos registrados e às manifestações dos movimentos sociais do campo.
- As Manifestações são ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras da terra que protestam contra atos de violência sofrida ou de restrição de direitos, reivindicando diferentes políticas públicas e/ou repudiam políticas governamentais ou exigem o cumprimento de acordos e promessas⁴.

A partir desses múltiplos e perenes conflitos territorializados no Brasil, nota-se que temos um confronto entre forças opostas, cujas relações sociais são distintas e em condições políticas e, por vezes, ideológicas adversas,

[...] que buscam por meio da negociação, da manifestação, da luta popular, do diálogo, a superação, que acontece com a vitória, a derrota ou o *empate*⁵. Um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios. O conflito pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencerem ou derrotarem as forças opostas. Um conflito pode ser “esmagado” ou pode ser resolvido, entretanto a conflitualidade não (FERNANDES, 2004, p. 26).

Essa leitura possibilita indicar os caminhos do conflito e da conflitualidade, cujo ciclo é produzido e, sistematicamente, alimentado pelo desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, ou seja, “não há o que separar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital; já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência” (MARTINS, 1990, p. 177).

Essa aliança terra-capital no Brasil e, sobretudo, na Amazônia, revela, dentre outras perspectivas, a ocupação e a apropriação territorial, consolidando o Estado e a formação de classes. Dessa maneira, os documentários de Adrian Cowell revelam algumas nuances e fraturas entre classes sociais tendo como cenário a Amazônia, as quais podem ser brevemente introduzidas a partir das seguintes premissas: *distribuem-se algumas terras para não distribuir as terras* (IANNI, 1979a) e *o PROTERRA, ou a reforma agrária para os latifúndios* (OLIVEIRA, 1991).

Tomando como base essas duas perspectivas elementares sobre a Amazônia, cabe salientar, conforme Oliveira (2001), que, a partir de 1972, a Amazônia concentrou o maior número de assassinatos no campo. E, mais uma vez, revelou que se trata de

indicar a pertinência de uma análise a respeito" (CPT, 2015, p. 14).

4. São excluídos dos registros: 1. Casos de violência, inclusive assassinatos, que acontecem no âmbito rural e não tenham relação com conflitos pela disputa, posse, uso ou ocupação da terra, ou pelo acesso ou uso da água, ou na defesa de direitos por trabalhos realizados no campo; 2. Casos de conflitos pela posse, uso ou ocupação da terra em áreas urbanas. Excetuam-se os casos em que a disputa pela terra se dá por comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, etc.) mesmo que se deem em área urbana, pois aquelas defendem um modo de vida rural. 3. Conflitos entre latifundiários ou grandes empresários do agronegócio; e 4. Casos de Trabalho Escravo em atividades urbanas - (São apenas citados na publicação como nota de rodapé) (CPT, 2015, p. 12-3).

5. “O termo *empate*, criado pelos camponeses seringueiros do Acre, significa um resultado de um conflito em que ninguém perde e nem ganha. Ao fazerem um empate, impedindo a derrubada de árvores e têm êxito na empreitada, consideram que nem eles, nem a empresa madeireira perdem ou ganham, pois eles estavam garantindo a permanência na terra e impedindo o desmatamento. Com as árvores em pé, todos podem viver da floresta. A floresta, o território, portanto a existência não se negocia” (FERNANDES, 2004, p. 26).

uma marca constante do campesinato brasileiro – resistências sangrentas para tentar controlar a luta de classes, e a tentativa de aniquilar a decisão da classe camponesa que constrói a reforma agrária.

E, nesse devir, foi identificado que, no período de 1985 a 1989 (Governo Sarney), o campo brasileiro foi o mais violento dos últimos trinta anos, concentrando 705 assassinatos (41,6%) em 3489 conflitos (11,8%) de acordo com os dados da CPT⁶. Essa informação preliminar é muito profícua, uma vez que coincide com a maioria dos documentários de Adrian Cowell. Por isso, reconhecemos que tais dados, por vezes, escondem o rosto, ocultam os olhos e não mostram a história (BALDUÍNO, 2010). Portanto, cabe escancarar os dados estatísticos por meio de uma análise crítica, e, por vezes, propositiva ao assumir a necessidade de uma ampla reforma agrária, que, infelizmente, não ocorreu no Brasil.

Diante disso, pode-se verificar que a série “A Década da Destruição”, de Cowell, procura registrar alguns desses conflitos, cujos assassinatos e impunidade estão escancarados no país e revelam a violência e a barbárie territorializadas no campo brasileiro, especialmente na Amazônia.

Registra-se no período, o montante de 744 assassinatos e 1390 conflitos na Amazônia Legal revela, entre outras perspectivas, a barbárie do avanço do capital na região e as estratégias violentas e arcaicas para sua reprodução. Isso indica a permanência da luta pela terra e território, e, nesse devir, urge reconhecer que “a defesa da terra e do território é a defesa da vida. A defesa da vida não se concebe sem a defesa da terra e do território” (MONTENEGRO, 2010, p. 30).

Tal cenário está respaldado, ainda, pelo fato de que “os conflitos sociais no campo brasileiro e sua marca ímpar a violência, não são uma exclusividade apenas do século XX” (OLIVEIRA, 2007, p. 135). Essa lógica secular da violação de direitos será analisada a partir dos documentários de Cowell, reconhecendo o cinema como uma prática social, uma vez que:

O cinema, enquanto arte, tem a vantagem de poder usar das várias formas de linguagem pelas outras artes, conseguindo, desta maneira, se comunicar com profundidade e envolvimento. Como em qualquer arte, o cinema exprime, direta ou indiretamente, os valores do autor do roteiro, do diretor, da sociedade e do momento histórico no qual foi realizado (CAMPOS, 2006, p. 01).

Essa abordagem será realizada, sobretudo, em diálogo com a trajetória do cineasta e autor que alicerça a referida pesquisa, ora como ponto de partida, ou seja, com os temas dos documentários e livros homônimos, ora como teoria e prática ao elencar algumas políticas públicas e seus impactos e conflitos territoriais na Amazônia. Nesse sentido, as propostas de Turner (1997), ao tratar o *cinema como uma prática social*, e de Alves (2010), ao elaborar a *Tela crítica e sua metodologia*, cuja síntese resume-se em uma pedagogia audiovisual, possibilitarão a leitura, interpretação e atualização dos documentários, uma vez que são muitas tessituras a serem reveladas

6. Foram consultados os Cadernos referentes aos anos de 1985, 1988, 1992, 2010, 2015.

sob a égide de um capítulo da questão agrária amazônica que, em tese, carrega consigo inúmeras implicações, as quais podem ser compreendidas através da teoria do conflito agrário.

Tais desdobramentos são atualizados com a produção cartográfica sobre a Amazônia Legal em constante diálogo com as áreas que Cowell filmou, ou seja, trata-se de uma atualização da sua obra cinematográfica a partir de uma leitura geográfica.

Os mapas apresentados a seguir dialogam com obra de Cowell ao atualizar os dados das áreas filmadas, bem como refirmam que os conflitos por terra e território continuam latentes em toda a Amazônia brasileira. Trata-se, portanto de conflitos sangrentos que violam direitos humanos e fomentam uma verídica guerra no campo, sob a égide da democracia.

Os mapas 2, 3 e 4 revelam um levantamento em consonância com o documentário síntese da Década da destruição, ou seja, o “Matando por terras” (1990 e 2011), cuja centralidade é no Sudeste do Pará, sobretudo, no Bico do Papagaio. Por isso, os mapas remetem aos assassinatos e ocupações em distintos períodos⁷.

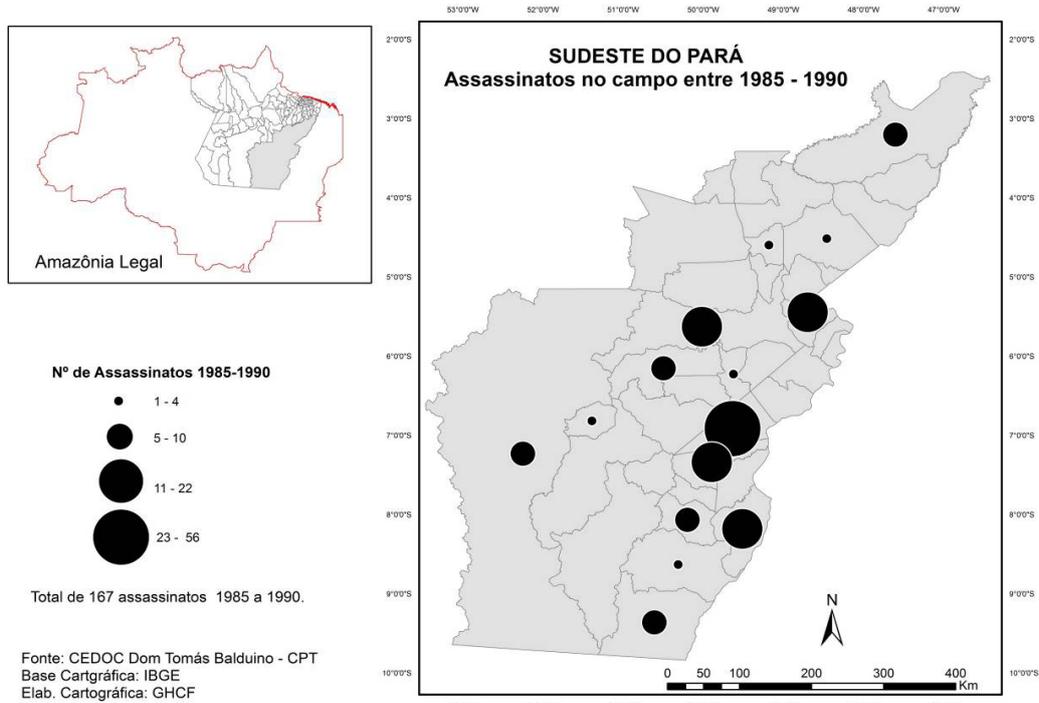
Na narração do filme, destacam: “De fato até o final daquele ano [1987], 154 trabalhadores e líderes rurais haviam sido assassinados em conflitos semelhantes”. Na sequência apresentam a imagem a seguir:



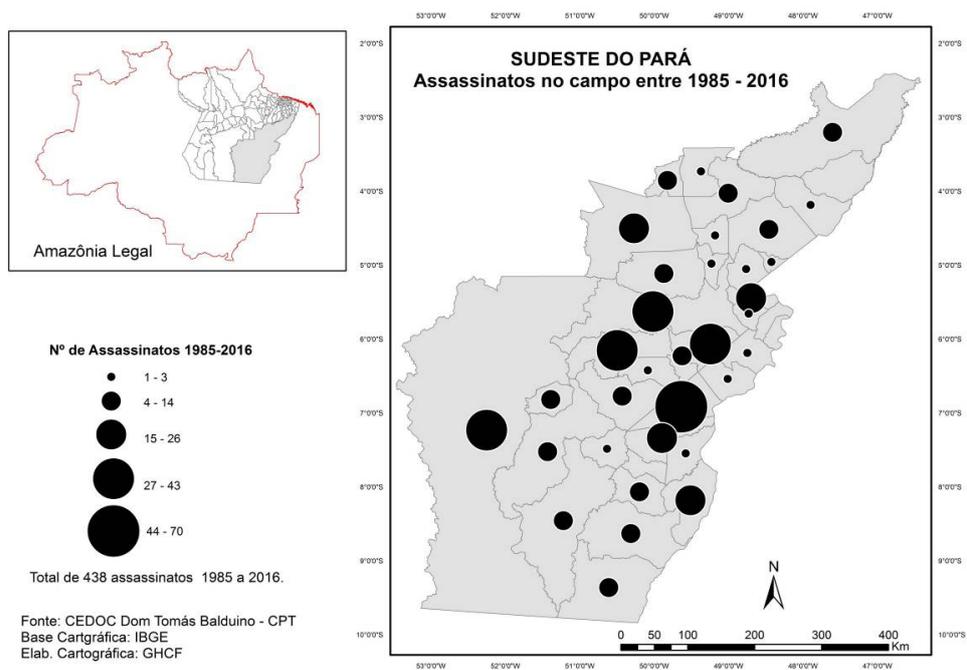
Figura 1: Assassinato no Campo em 1987. Fonte: Doc. Matando por terra (2011)

Trata-se de conflitos em todas as regiões brasileiros. Todavia, o destaque para a Amazônia Legal é nitido.

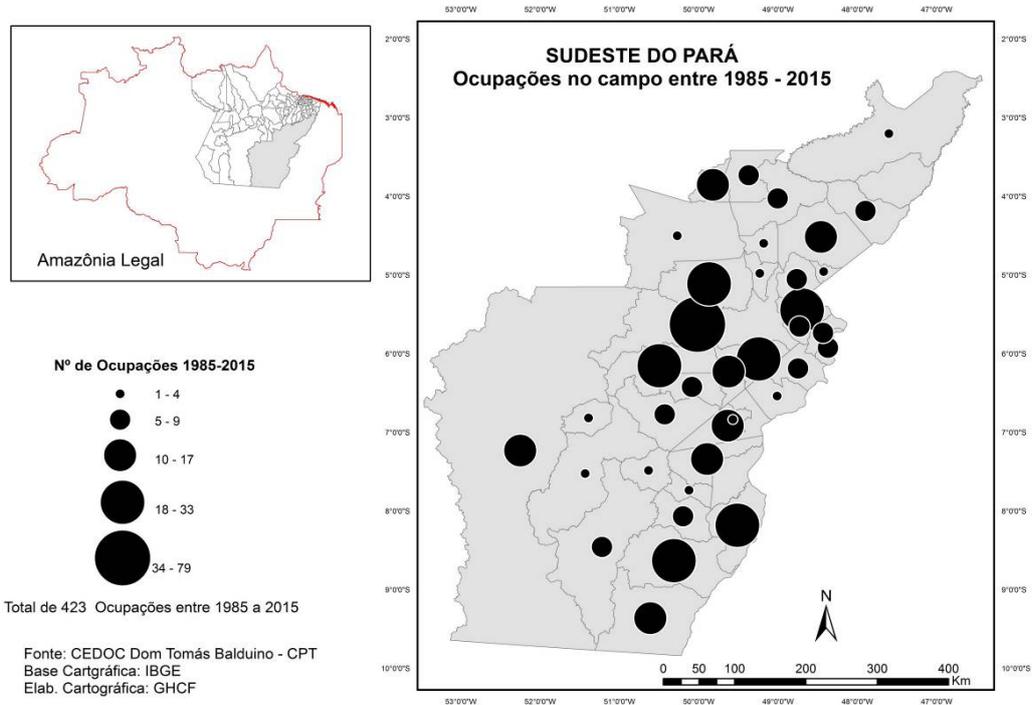
7. Salienta-se que do ponto de vista da distribuição cartográfica, as leituras acumuladas sobre a Geografia Agrária indicam a divisão dos dados a partir dos diferentes governos. Optou-se, no entanto, em manter os períodos aglutinados em função dos registros originais de Cowell, uma vez que esses não se limitaram às temporalidades mencionadas.



Mapa 2: Sudeste do Pará: assassiantos no campo entre 1985 a 1990. Fonte: CEDOC-CPT.



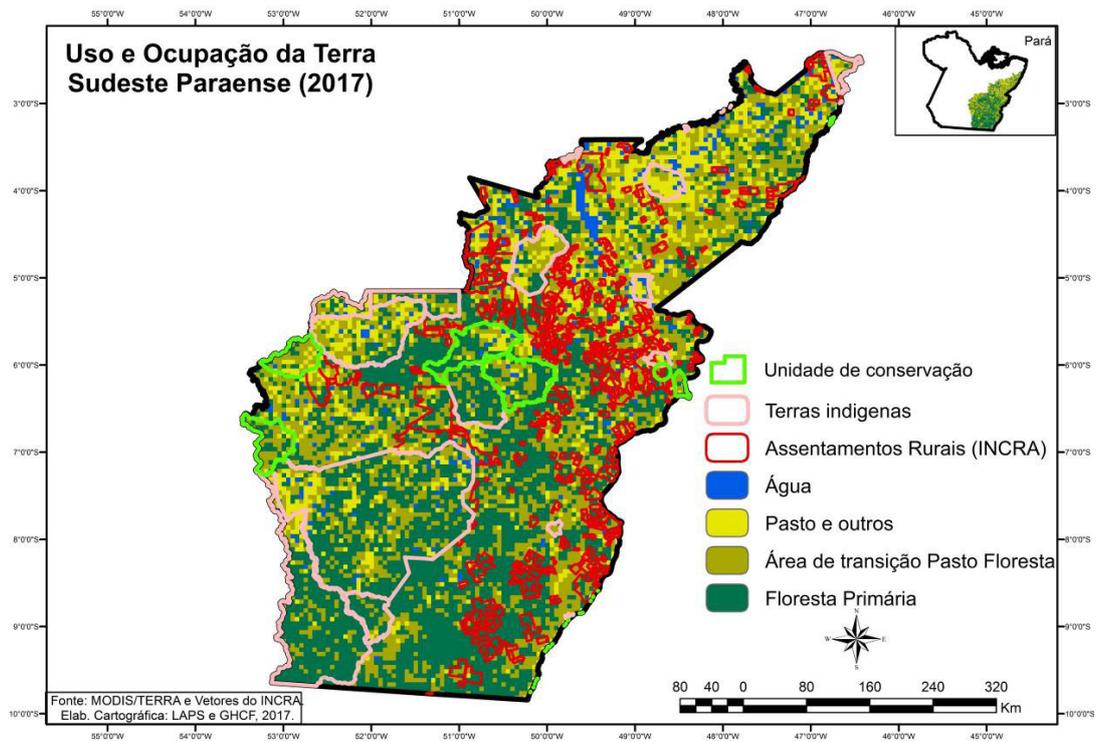
Mapa 3: Sudeste do Pará: assassiantos no campo entre 1985 a 2016. Fonte: CEDOC-CPT.



Mapa 4: Sudeste do Pará: ocupações no campo entre 1985 a 2016. Fonte: CEDOC-CPT.

No mapa e gráfico a seguir, essa mesma região estopim dos conflitos no campo é apresentada a partir das distintas territorialidades (assentamentos rurais, Unidades de Conservação, Terras Indígenas, etc.) em consonância com hidrografia, vegetação e pastagem/agronegócio que se articulam nessa região, ora como fronteira, ora como territorializadas nessa fração do território capitalista e “livre”; uma vez que a disputa pelas terras devolutas seguem eminentes, assim, como os conflitos.

De acordo com o Atlas de Conflitos na Amazônia, existem cerca de 977 conflitos em vigor envolvendo 93.830 famílias somente na Amazônia Legal (CPT, 2017).



Mapa 5: Uso e Ocupação da terra no Sudeste do Pará 2017. Fonte: Modis/Terra e INCRA.

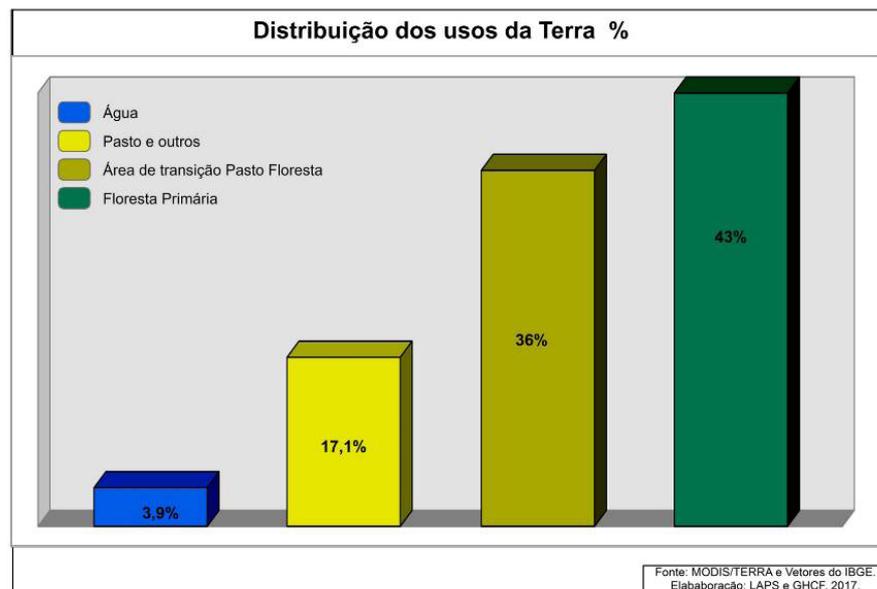
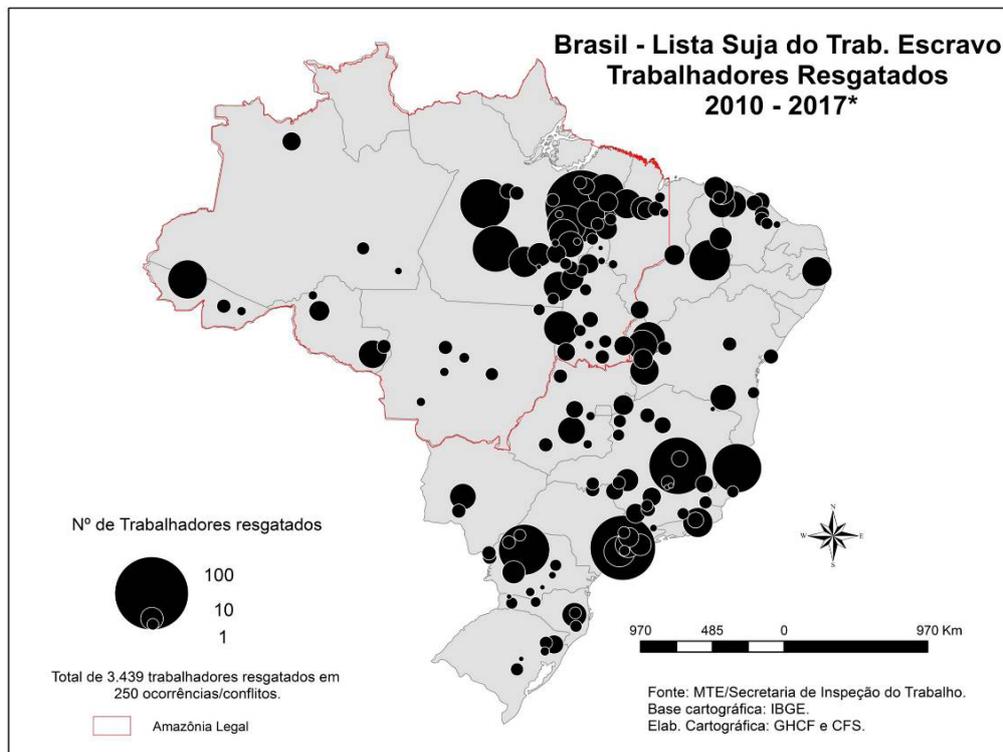


Gráfico 1: Distribuição dos usos da terra no Sudeste do Pará %. Fonte: LAPS e GHCF.

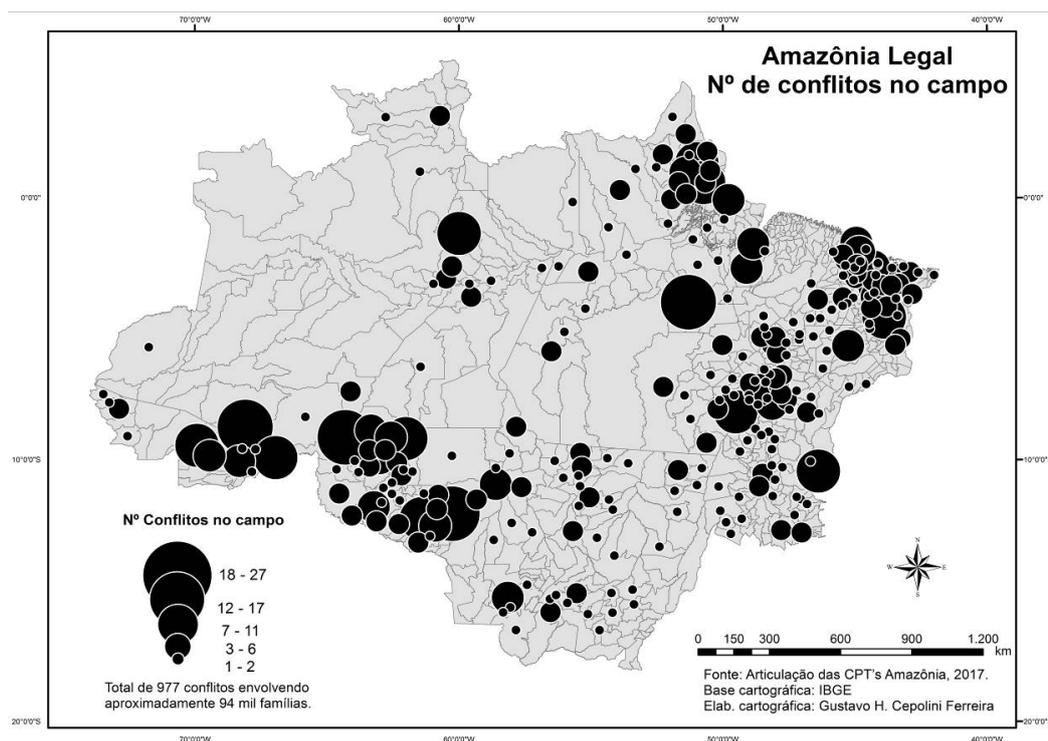
Os próximos mapas indicam justamente a questão do trabalho escravo e os diferentes conflitos em vigor na Amazônia Legal.



Mapa 6: Brasil – lista suja do trabalho escravo – trabalhadores resgatados 2000 a 2017.

Fonte: GHCF e CFS.

Esse mapa revela: 117 ocorrências e 1315 trabalhadores resgatados estão na Amazônia Legal, ou seja, o equivalente há 48% das ocorrências nacionais e 40% dos trabalhadores resgatados conformes os dados da TEM/Secretaria de Inspeção do Trabalho (2017).



Mapa 7: Amazônia Legal: nº de conflitos. Fonte: CPT, 2017, p. 25.

No documentário *Matando por terras*, na narrativa final, indicam: *“Apesar disso, milhões de brasileiros pobres e sem terras continuarão arriscando obstinadamente as suas vidas por qualquer pedaço de chão. Eles preferem morrer do que ser expulsos. Como tantos outros antes deles; cada vez mais longe, em direção às profundezas da Amazônia.”* Trata-se de uma liberdade historicamente alijada aos pequenos. Por isso, seguem em luta pela terra de trabalho e vida.



Figura 2: Família adentrando a floresta. **Fonte:** Doc. *Matando por terra* (2011)

A leitura dos documentários de Cowell remete à temática ambiental, bem como a questão dos conflitos e assassinatos no campo brasileiro, tecem um profícuo encontro da questão fundiária e ambiental, marcado pela aliança terra-capital e meio ambiente. Por isso, reitera-se que “não existe latifúndio, sem violência. A violência faz parte da estrutura do latifúndio [...]. A existência do latifúndio é a violência geradora de todas as ações violentas que o acompanham” (BALDUINO, 2014, p.32).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises dos documentários de Cowell permitem conhecer e aprofundar as contradições do capitalismo, e, sobretudo, auxiliam na leitura do território a partir das contradições no âmbito da questão agrária amazônica, bem como nos seus desdobramentos nas políticas territoriais e ambientais no Brasil.

Nesse sentido, salienta-se que a base dos conflitos ora registrados estão ancorados na existência de terras públicas na Amazônia e também em outras regiões do país, o que em partes permite afirmar que as políticas públicas enfatizam uma contrarreforma agrária no país; aliada aos interesses dos empreendimentos agropecuários/latifúndios, sobretudo, para abertura de novas áreas para a expansão produtiva, desmobilizam os movimentos socioterritoriais, ou mesmo, elaboram

projetos de colonização e assentamentos rurais onde e como lhes convém e recriam novas fronteiras; acirram outros conflitos no campo, sobretudo, com as Unidades de Conservação e Terras Indígenas, que em tese estão no mesmo patamar no tocante a hierárquica constitucional. No entanto, tornam-se por vezes, distintas e antagônicas no que se referem à regularização fundiária e o ordenamento territorial.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Tela crítica: a metodologia**. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2010.

BALDUINO, Dom Tomás. Testemunho e profecia. In.: CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2009**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BALDUINO, Dom Tomás. Palavras de Dom Tomás. In: CANUTO, A.; MELO e SILVA, C. P.; ALVES, F. J, F. **Dom Tomás é terra e dignidade**. São Paulo: Expressao Popular, 2014.

BOMBARDI, L. M. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. Cinema, Geografia e Sala de Aula. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, 4(1): 1-22, Junho – 2006.

CASALDÁLIGA, Pedro. **Cantigas menores**. Goiânia: Projornal – Cooperativa dos Jornalistas de Goiás, 1979.

CPT. **Atlas de Conflitos na Amazônia**. Goiânia: CPT; São Paulo: Entremares, 2017.

COWELL, Adrian. **The decade of destruction**. Londres: Headway, 1990.

_____. **Mostra de filmes: Amazônia segundo Adrian Cowell – 50 anos de cinema**. Goiânia: IGPA, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**, 2004. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/564>>. Acesso em: 10 mai 2015.

FERREIRA, Gustavo H. Cepolini. **A obra cinematográfica de Adrian Cowell: legado de resistências e territorialidades para a Amazônia**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: FFLCH/ USP, 2018.

HISTÓRIA DA AMAZÔNIA. **Biografia de Adrian Cowell**. Disponível em: <<http://imagensamazonia.pucgoias.edu.br/biografia.html>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

IANNI, Octavio. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979a.

OLIVEIRA, Arioaldo. U. de. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas: Papyrus, 1991.

_____. A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula. In.: MAGALHAES, João Paulo de Almeida. **Os anos Lula, contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

_____. **O Estado e a Reforma Agrária no Brasil ou... O sonho sonhado junto não virou realidade...** São Paulo: USP, 2010a. (Relatório de Pesquisa).

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-436-8



9 788572 474368